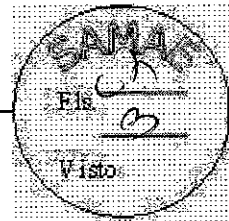




Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Rua Pinheiro Machado, 1631 - Centro
95020-170 - Caxias do Sul - RS
CNPJ: 88.659.313/0001-05
Fones: 115 e (54) 3220.8600
site: www.samaecaxias.com.br
e-mail: samae@samaecaxias.com.br



REQUERIMENTO DE PROCESSO

De: 274889 - RGS ENGENHARIA S.A.
Para: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Referente: 2020000738
Assunto: RECURSO ADMINISTRATIVO - GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
Seção Atual: 97 - GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
D. Abertura: 09/01/2020

Prezado(s) senhor(es), venho por meio deste requerer:
RECURSO ADMINISTRATIVO - GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

Conteúdo

REQUER RECURSO RFTE A: EDITAL DE CONCORRÊNCIA PUBLICA 012/2019

NOME: RUI

TELEFONE: (51) 9 9962 7473

EMAIL: RUI.FEIJO@RGSENGENHARIA.COM.BR - RGS.ENGENHARIA@OUTLOOK.COM

Observações

Termos em que pede e espera deferimento.

Caxias do Sul, 09 de janeiro de 2020.

RGS ENGENHARIA S.A.

Telefone

(051) 99962-7473
Telefone



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESTOGO - **SAMAE**
CAXIAS DO SUL
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 012/2019

RGS Engenharia S.A., inscrita no CNPJ sob. nº 19.368.227/0001-12, com sede na rua São Benedito, n. 20, sala 504, Porto Alegre/RS, por seu representante legal, Rafael Sacchi, RG 1077623724 e CPF 835.062.090-00, vem através de seu procurador infra signatário **IMPUGNAR** o Edital de CONCORRÊNCIA 012/2019 nos termos do artigo 41§2º da lei 8.666/93”

1 – TEMPESTIVIDADE

De acordo com a lei 8.666/93 artigo 41§2º, o licitante tem o prazo de impugnações, até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes.

O edital terá abertura dos envelopes no dia 20 de janeiro de 2020, portanto, as licitantes podem impugnar o edital até dia 16/01/2020.

RGS Engenharia S.A.

Rua São Benedito, 20, Sala 504

Bairro Bom Jesus - Porto Alegre – RS

CEP 91.420-530 - Fone: (51) – 3084.6691

www.rgsengenharia.com.br / rgs.engenharia@outlook.com



Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

2o Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

2- PROIBIÇÃO DA FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO

O edital de concorrência cujo objeto é execução das obras de reforma e ampliação da capacidade de tratamento da Estação de Tratamento de Água Dr. Celeste Gobbato em Caxias do Sul.

Segundo o edital de licitações, estão impedidos de participar da licitação empresas em consórcio.

Item 4.1 – é vedado o consórcio entre empresas

4.1. É vedado o consórcio entre empresas. A execução dos serviços deverá ser realizada, exclusivamente, pela proponente vencedora, sendo vedados, também, a terceirização, a subcontratação, o subempreitamento ou a transferência total dos serviços que compõem o objeto desta licitação.

RGS Engenharia S.A.

Rua São Benedito, 20, Sala 504

Bairro Bom Jesus - Porto Alegre - RS

CEP 91.420-530 - Fone: (51) - 3084.6691

www.rgsengenharia.com.br / rgs.engenharia@outlook.com



O que se repete na cláusula sexta, paragrafo primeiro do contrato:

§ 1º É vedado o consórcio entre empresas. A execução da obra deverá ser realizada, exclusivamente, pela CONTRATADA, sendo vedados, também, a terceirização, a subcontratação, o subemprego ou a transferência total dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

A proibição da participação de empresas em consórcio opera-se de forma a restringir o competitivo à uma dezena de empresas que possuam, ao mesmo tempo todas estas especialidades técnicas e que possam comprovar, sozinhas, a realização de projetos de grande vulto.

A lei de licitações em seu artigo 33 deixa a possibilidade de formação do consórcio a Administração Pública. Esta é a interpretação literal do artigo.

Art. 33. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

Ocorre que os princípios que regem os contratos públicos e a própria administração da res pública fizeram com que os Tribunais interpretassem tal regramento de acordo com os princípios da competitividade, moralidade e razoabilidade.

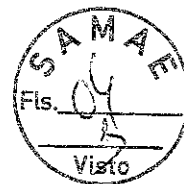
RGS Engenharia S.A.

Rua São Benedito, 20, Sala 504

Bairro Bom Jesus - Porto Alegre - RS

CEP 91.420-530 - Fone: (51) - 3084.6691

www.rgsengenharia.com.br / rgs.engenharia@outlook.com



O princípio norteador das licitações públicas, o princípio da Competitividade fomenta a ideia de que deve a administração pública promover à licitação o maior número possível de interessados, para que, com olhos na eficiência e na isonomia, aumentando o universo das propostas que lhe são encaminhadas, ela possa legitimamente escolher aquela que seja a mais vantajosa ao interesse público.

Para que seja possível a restrição do consorciamento de empresas, deve a administração pública **justificar os motivos**, já que tal medida é restritiva ao competitivo.

Dentro deste contexto o **Tribunal de Contas da União** já decidiu inúmeras vezes que a proibição da formação de consórcio não é ato que dispensa de motivação, pois seu impedimento está a impedir a maior competitividade e a participação de outras empresas no certame.

Segue decisões do **TCU**:

(...)². Embora discricionária, nos termos do caput do art. 33 da Lei nº 8.666/1993, quando houver a opção da Administração pela restrição à participação de consórcios na licitação, tal escolha deve ser precedida das devidas justificativas no respectivo processo administrativo, especialmente quando a vedação representar risco à competitividade do certame. GRUPO II – CLASSE VII – Plenário

TC-010.798/2007-5 (c/ 2 volumes)

Natureza: Representação

Entidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

Interessada: Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União (Secob/TCU)

RGS Engenharia S.A.

Rua São Benedito, 20, Sala 504

Bairro Bom Jesus - Porto Alegre - RS

CEP 91.420-530 - Fone: (51) - 3084.6691

www.rgsengenharia.com.br / rgs.engenharia@outlook.com



TC-006.279/2006-8

Sumário: LICITAÇÃO. NÃO-PARCELAMENTO DO OBJETO. EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA NÃO PROPORCIONAL AO OBJETO DO CERTAME. PROIBIÇÃO DE FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO. MEDIDA CAUTELAR PARA SUSPENSÃO DE PREGÃO. CONCESSÃO.

– 1. **Presentes a plausibilidade do direito invocado e a urgência, cabe a adoção de medida cautelar para sustar procedimento licitatório em curso.**– 2. As exigências previstas na fase de habilitação devem ser suficientes para selecionar o licitante capacitado a prestar o serviço, fazer a obra ou fornecer o bem, sem impor restrições desnecessárias que venham a comprometer o caráter competitivo do certame. – 3. O parcelamento do objeto da licitação é obrigatório quando técnica e economicamente viável, devendo a Administração, em qualquer caso, fundamentar sua opção.– 4. **Compete a esta Corte de Contas requerer que sejam apresentados os motivos que levaram a Administração a proibir a formação de consórcios em suas licitações(grifei).**

Em quase todos os julgamentos o TCU suspendeu o certame para verificar os motivos que levaram a administração pública a proibir a formação de Consórcio, e em quase todos os julgamentos foram afastadas as justificativas e aplicadas multas aos administradores.

Embora a análise da ilegalidade do presente Edital seja de competência do TCE-RS, a posição sobre a ilegalidade na formação de consórcio é idêntica.

“Portanto, sob o ponto de vista da legalidade e da razoabilidade, não procedem as justificativas apresentadas, ensejando proposta de aplicação da multa prevista no art. 58,

RGS Engenharia S.A.

Rua São Benedito, 20 , Sala 504

Bairro Bom Jesus - Porto Alegre – RS

CEP 91.420-530 - Fone: (51) – 3084.6691

www.rgsengenharia.com.br / rgs.engenharia@outlook.com



inciso II, da Lei nº 8.443/92, ao responsável, sem a dispensa de determinação de medidas com o fito de coibir, em futuras licitações, a prática da irregularidade constatada, que caracteriza infração ao disposto nos arts. 3º, § 1º, inciso I, e 30, inciso II e § 5º, da Lei nº 8.666/1993 e no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal." TC-020.209/2005-5

É assente na doutrina que em casos concretos, essa decisão sobre a impossibilidade de formação de consórcio não teria o caráter discricionário, ou seja, no exame de cada situação, poderão surgir circunstâncias factuais, econômicas, de mercados, etc, que obriguem a Administração admitir o consorciamento de participantes, sob pena de frustrar o caráter competitivo da licitação.¹

"restrição ao caráter competitivo da licitação, verificada no item 3.2 do edital da concorrência... que não permite a participação de consórcio, com infringência do artigo 3º, da lei 8.666/93, bem assim entendimento do TCU expresso no relatório e voto condutor do acórdão 269/01 da 1ª Câmara e da decisão 82/01, 1ª Câmara, ata 13/01.

No mesmo sentido, TCU decisão 771/01, DOU de 19/7/02; Voto Min. Guilhermse Palmeira no TCU 012.482/04-3, Acórdão 1.977/04, DOU de 16/12/04. Nos acórdãos 1.678/06 e 1636/07, o TCU condena a proibição de consórcio em licitações, sem justificativa.

Ainda quanto à participação de Consórcio de empresas na licitação, vide: BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Licitações e contratos: orientações básicas. 4. Ed. Brasília: TCU, 2010, p.308-316. (Orientações reproduzidas

¹ FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p.183, nota 07.

RGS Engenharia S.A.

Rua São Benedito, 20, Sala 504

Bairro Bom Jesus - Porto Alegre - RS

CEP 91.420-530 - Fone: (51) - 3084.6691

www.rgsengenharia.com.br / rgs.engenharia@outlook.com



em anexo e disponível em
http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/licitacoes_contratos

Portanto, diante da posição pacífica do Tribunal de Contas da União, necessário que a parte requerida retire do edital a parte proibitiva da participação de empresas em consórcio, ou que apresente justificativa razoável para restringir o competitivo.

Isto porque, em outros julgados, assim se manifestou aquela Corte de Contas:

17. Passo a tratar agora do terceiro item da audiência do Diretor-Geral do DER/PE - impossibilidade de somatório de empresas consorciadas para fins de qualificação técnico-operacional.

*18. Em princípio deve ser considerado que a possibilidade de admissão de consórcios é uma possibilidade dada pela lei ao Administrador, que, tendo em vista o interesse público, analisa se o objeto comporta a execução por meio de empresas consorciadas. **Em sendo viável essa alternativa, cabe ao Administrador adotá-la, pois assim seria ampliado o leque de possíveis licitantes.***

DC-1090-56/01-P Sessão: 12/12/01 Grupo: II Classe: V Relator: Ministro BENJAMIN ZYMLER - Fiscalização - Levantamento -

No mesmo sentido e a regra insculpida no art. 33 da Lei no 8.666/1993, que estipula as normas a serem seguidas pela Administração nas hipóteses em que for permitida a participação de consórcios na licitação. Trata-se de escolha discricionária da Administração, a ser verificada caso a caso. Muitas vezes, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que

RGS Engenharia S.A.

Rua São Benedito, 20, Sala 504

Bairro Bom Jesus - Porto Alegre - RS

CEP 91.420-530 - Fone: (51) - 3084.6691

www.rgsengenharia.com.br / rgs.engenharia@outlook.com



seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação.

Em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o numero de participantes, admite a formação de consórcio.

Não e, contudo, o que ocorre na hipótese sob comento. O objeto licitado não envolve questão de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro. Trata-se de contrato de prestação de serviços comuns relacionados ao arquivamento de documentos da Entidade.

Acórdão 22/2003 Plenário (Voto do Ministro Relator)

*50. Em geral, entende-se que o art. 33 da Lei 8.666/93 deixa à discricionariedade do gestor a decisão de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio na licitação. No entanto, se as circunstâncias concretas indicarem que o objeto apresenta vulto ou complexidade que tornem restrito o universo de possíveis licitantes, **fica o Administrador obrigado a prever a participação de consórcios** no certame com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa. [...]*

AC-1094-28/04-P Sessão: 04/08/04 Grupo: I Classe: VII
Relator: Ministro AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI -
Fiscalização -

Pela análise das decisões acima apresentadas, claro está que a proibição de consórcios apenas é justificada quando a permissão restringiria a

RGS Engenharia S.A.

Rua São Benedito, 20, Sala 504

Bairro Bom Jesus - Porto Alegre - RS

CEP 91.420-530 - Fone: (51) - 3084.6691

www.rgsengenharia.com.br / rgs.engenharia@outlook.com



competição, fazendo com que empresas que normalmente seriam competidoras entre si, passassem a dividir o objeto licitado, restringindo o número de competidores.

Para que não reste dúvidas sobre a posição do TCU, anexamos decisão do dia 22 de Agosto de 2012, onde o Ministro José Jorge, deferindo medida cautelar suspendeu o certame licitatório, tendo em vista que a Administração Pública não esclareceu os motivos sobre a proibição de Consórcio de empresas.(doc. 01).

TC 026.382/2012-1

5.2. De acordo com a resposta da comissão, a única motivação para a proibição foi restringir a competição, não permitindo que empresas que não preencham sozinhas os requisitos de habilitação pudessem participar do certame na forma consorciada. Ressalta que a única justificativa admitida pelo TCU como lícita para a proibição de consórcios é a previsão de que a aceitação de consórcios, ao invés de ampliar o competitivo, acabe por restringi-lo através da associação de empresas que sozinhas poderiam habilitar-se e competir umas com as outras.

*5.3. A jurisprudência do TCU é cristalina no sentido de que, **em sendo viável e tendo por resultado a ampliação do competitivo, é obrigação da administração prever e autorizar a formação de consórcios no edital da licitação. Nestes casos, a não aceitação configura-se como infração aos arts. 3º, § 1º, inciso I, e 30, inciso II e § 5º, da Lei 8.666/1993 e ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.***

RGS Engenharia S.A.

Rua São Benedito, 20, Sala 504

Bairro Bom Jesus - Porto Alegre - RS

CEP 91.420-530 - Fone: (51) - 3084.6691

www.rgsengenharia.com.br / rgs.engenharia@outlook.com



Mantida a mesma argumentação e fundamentação em recente decisão publicada nos informativos do Tribunal de Contas de União.

O impedimento de participação de consórcios de empresas em licitação de obra de elevada complexidade e grande vulto restringe o caráter competitivo do certame

Representação de empresa apontou possíveis irregularidades na condução da Concorrência n.º 001/2012 pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Governo do Estado do Piauí – Semar/PI, visando à contratação de empresa para execução das obras do sistema adutor Bocaina/Piauí II, no valor estimado de R\$ 76,9 milhões. Entre as impugnações efetuadas, destaque-se a proibição de participação de empresas em consórcio (item 3.4 do edital). Ao se debruçar sobre as justificativas apresentadas pelos gestores, o relator, em linha de consonância com a unidade técnica, destacou que tal vedação “não encontra respaldo na jurisprudência deste Tribunal, segundo a qual, nos casos de obras de grande complexidade e relevante vulto, deve ser sempre admitida a união de esforços entre empresas como forma de suprir as condições de habilitação, as quais, isoladamente, não teriam como fazê-lo”. Ponderou que determinadas empresas, “apesar de possuírem competência e capacidade operacional na sua área de atuação, necessitam se associar a outras empresas para a execução de serviços dos quais não detêm expertise, mas que são indispensáveis para que alcancem seu nicho de mercado ...”. Anotou que, no caso concreto, somente quatro empresas participaram da licitação, sendo que apenas duas foram habilitadas. E que a variedade de competências exigidas para execução do objeto limitou a participação de empresas no certame. Endossou as considerações da unidade técnica, no sentido de que empresas com experiência em implantação de adutoras, embora tenham condições de comprovar a capacidade técnica exigida pelo edital, talvez não tenham condições de executar isoladamente o objeto licitado. O Tribunal, então, ao acolher proposta do relator, decidiu: a) fixar prazo para que a Semar/PI adote as medidas necessárias à anulação da Concorrência n.º 01/2012-Semar/PI; b) determinar à Semar/PI que, em futuros certames, admitida a formação de consórcio quando o objeto do certame “envolver questões de alta complexidade e de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não tenham condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa, em atendimento ao art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993...”. Precedentes mencionados: Acórdãos 22/2003, 1094/2004, 1672/2006 e 1417/2008, todos do Plenário. Acórdão n.º 2898/2012-Plenário, TC-026.382/2012-1, rel. Min. José Jorge, 24.10.2012.

RGS Engenharia S.A.

Rua São Benedito, 20, Sala 504

Bairro Bom Jesus - Porto Alegre – RS

CEP 91.420-530 - Fone: (51) – 3084.6691

www.rgsengenharia.com.br / rgs.engenharia@outlook.com



E é irrefutável a aplicabilidade da fundamentação apresentada pelo Ministro Relator, especialmente nesta última decisão, ao caso em tela.

Não permitir a formação de consórcios é **afastar do certame as empresas especializadas e restringir o competitivo a um punhado de empresas "generalistas"**.

Tal efeito não só empobrece a qualidade dos serviços, posto que não haverá unicidade de comando e de valores na equipe, mas especialmente **encarece a execução do objeto, posto que onera o contratado com inúmeras incidências de impostos sobre a mesma prestação de serviços, ou exige o pagamento de pesadas contribuições sociais sobre autônomos.**

Enquanto empresas em consórcio faturam suas parcelas separadamente, incidindo impostos apenas uma vez, o que certamente permitirá a apresentação de lances mais vantajosos do que empresas que deverão computar os impostos seus e de seus subcontratados.

Pelo que roga-se pela alteração do Edital, prevendo-se a possibilidade de formação de consórcios, o que certamente ampliará o leque de competidores, permitindo a entrada de empresas especializadas nas diferentes competências exigidas, o que certamente propiciará uma melhor seleção da proposta mais vantajosa.

O Tribunal de Justiça do RS já determinou a nulidade de edital de licitação que vedou a participação de empresas em consórcio:

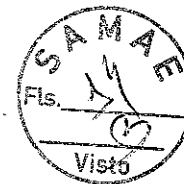
APELAÇÕES. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2007 DO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES EM CONSÓRCIO. VIOLAÇÃO DA AMPLA CONCORRÊNCIA. CONTRATO ADMINISTRATIVO DECLARADO NULO. A Tomada de RGS Engenharia S.A.

Rua São Benedito, 20, Sala 504

Bairro Bom Jesus - Porto Alegre - RS

CEP 91.420-530 - Fone: (51) - 3084.6691

www.rgsengenharia.com.br / rgs.engenharia@outlook.com



Preços visava à contratação de empresa para prestação dos serviços de vigilância volante e operação de embarcação pluvial. Certame do tipo Menor Preço Global que se atém apenas aos requisitos legais e à proposta de menor valor. Cláusula 2.1.2 do Edital obstativa da formação de consórcio que ofende o art. 33 da Lei 8.666/93 e não atende ao interesse público. Decretação de nulidade do pacto que se impunha. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. LICITAÇÃO. COMPETITIVIDADE. EDITAL. ALTERAÇÃO. EXIGÊNCIA. SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA. OPERADOR DE EMBARCAÇÃO FLUVIAL. Constitui ato de improbidade administrativa inserir o Presidente da Comissão de Licitação, de ofício, sem solicitação de alguma Secretaria Municipal, no edital de licitação, exigência manifestamente descabida para o fim de frustrar a competitividade do certame. Hipótese em que, no edital para contratação do serviço de vigilância armada volante, se incluiu a de operador de embarcação fluvial, o qual jamais foi prestado. NULIDADE DO CONTRATO. SERVIÇO PRESTADO RESSARCIMENTO DESCABIDO. A procedência da ação com o ressarcimento do dano pressupõe que o ato cuja nulidade se declara seja lesivo ao patrimônio público. Ausente a comprovação, não é devido o ressarcimento. Não há causa de imputação de responsabilidade à empresa contratada, que não praticou qualquer ato ilícito. Os valores percebidos em razão de efetiva prestação de serviço não necessitam ser devolvidos. APELO DO MUNICÍPIO DESPROVIDO. UNÂNIME. APELO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PROVIDO. POR MAIORIA. (Apelação Cível, Nº 70052803954, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Kraemer, Julgado em: 28-11-2013)

Em não havendo alteração do presente edital, não resta outra alternativa a parte impugnante a não ser socorrer-se ao Poder Judiciário, bem como ao Tribunal de Contas de Estado

4 – DOS PEDIDOS

Diante dos argumentos apresentados, requer que esta comissão:

RGS Engenharia S.A.

Rua São Benedito, 20, Sala 504

Bairro Bom Jesus - Porto Alegre – RS

CEP 91.420-530 - Fone: (51) – 3084.6691

www.rgsengenharia.com.br / rgs.engenharia@outlook.com



- a) Determine a alteração do Edital de concorrência 012/2019, para que seja admitida a participação de empresas em consórcio, alterando-se a regra do item 4.1, bem como as demais regras que assim restringem a participação de empresas em consórcio.
- b) Seja o presente Edital republicado, com as alterações que se fizerem necessárias.
- c) Caso não seja alterado o edital que a comissão de licitações apresente da devida justificativa para a restrição da participação de empresas em consórcio, nos exatos termos da jurisprudência pacífica dos tribunais de contas.

Porto Alegre, 07 de janeiro de 2020.



RGS ENGENHARIA S.A
RAFAEL SACCHI
Diretor Presidente.

RGS Engenharia S.A.

Rua São Benedito, 20, Sala 504

Bairro Bom Jesus - Porto Alegre - RS

CEP 91.420-530 - Fone: (51) - 3084.6691

www.rgsengenharia.com.br / rgs.engenharia@outlook.com

CERTIFICO O REGISTRO EM: 29/08/2017 SOB Nº: 43300060942

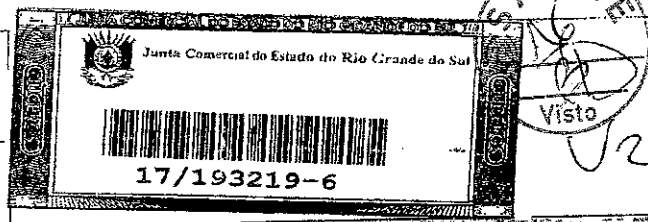
Protocolo: 17/193219-6, DE 29/06/2017

RGS ENGENHARIA S.A.

CLEVERTON SIGNOR

SECRETÁRIO GERAL

JUNTA COMERCIAL INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL



REQUERIMENTO: 17/193219-6 ILMO. SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

NOME: **RGS ENGENHARIA S.A.**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/RE



RS2201701006560

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	013	046	1	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE TRANSFORMAÇÃO

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

PORTO ALEGRE - RS
Local

Nome: **RAFAEL SACCRI**
Telefone de Contato: (51) 3022-8993
Assinatura: *[Assinatura]*

28 Junho 2017
Data

2º USO DA JUNTA COMERCIAL ☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM☐ SIM

Processo em Ordem
A decisão

Data

Responsável

☐ NÃO☐ NÃO

Data

Responsável

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)☒ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

29.8.17
Data

Joni Alberto Matte
Vogal JUCERGS

Presidente da

Marlene Chasson
Vogal JUCERGS

SERGIO CANETO
Vogal JUCERGS

OBSERVAÇÕES

1 M. L. m. RS: 3200.86.51 L.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico que este documento da empresa RGS ENGENHARIA S.A., Nire 43300060942, foi deferido e arquivado sob o nº 43300060942 em 29/08/2017. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br> e informe nº do protocolo 17/193.219-6 e o código de segurança RMTUW. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/12/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves Secretário-Geral.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA
EM SOCIEDADE ANÔNIMA**



DETERMINAÇÃO

RGS ENGENHARIA LTDA.
CNPJ 19.368.227/0001-12
NIRE 43 207 517 814

RAFAEL SACCHI, brasileiro, solteiro, maior, engenheiro civil, CPF nº 835.062.090-00, cédula de identidade RG nº 1077623724 SJS/RS, residente e domiciliado na Rua Irmão Norberto Francisco Rauch, 700, Bloco C Apto. 1621, bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, RS, CEP 91450-147;

ANA PAULA DA COSTA MENEZES, brasileira, solteira, maior, publicitária, CPF nº 009.121.109-37, cédula de identidade RG nº 7.351.097-0 SSP/PR, residente e domiciliada na Rua Desembargador Motta, 1600, apto. 1102, bairro Água Verde, Curitiba, PR, CEP 80.420-184

únicos sócios da RGS Engenharia Ltda., CNPJ 19.368.227/0001-12, NIRE 43207517814, com sede na Av. Protásio Alves, 4635, sala 504, bairro Bom Jesus, Porto Alegre, RS, CEP 91310-002, têm justo e contratado alterar e consolidar o Contrato Social da Sociedade, em razão das diversas alterações já ocorridas o que será regido pelas cláusulas e condições ora estabelecidas e nas omissões, conforme legislação em vigor:

Cláusula Única – Resolvem nesta ato alterar o tipo societário da Sociedade para Sociedade Anônima de Capital Fechado (nos termos da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976), aprovar: ata de constituição, lista de subscritores, eleição de diretoria, remuneração de diretoria e estatuto social que passarão a fazer parte do presente instrumento o que fazem nos seguintes termos e condições:

"**Cláusula Única** – Alteram neste ato o tipo societário da Sociedade de sociedade limitada para sociedade anônima sendo que o capital social de R\$2.230.000,00 (dois milhões duzentos e trinta mil reais) que representa 2.230.000 quotas no valor de R\$1,00 (um real cada uma) passa a representar 2.230.000 (dois milhões duzentos e trinta mil) ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, não conversíveis em outro tipo, independentemente de integralização dos acionistas uma vez que já encontra-se integralizada a totalidade do capital social, respeitando-se neste ato as respectivas participações dos mesmos, ou seja, 60% para Rafael Sacchi e 40% para Ana Paula da Costa Menezes.

Ato contínuo, passam a tomar as providências para o processo de transformação efetiva da sociedade limitada em Sociedade Anônima, elegendo para presidir os trabalhos Rafael Sacchi e secretariados por mim, Ana Paula da Costa Menezes, ambos devidamente qualificados no preâmbulo deste instrumento.

RGS ENGENHARIA S.A.

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE
LIMITADA EM SOCIEDADE ANÔNIMA**

Data, Horário e Local: Aos 2 (dois) dias do mês de janeiro do ano de 2017, às 9:00 horas, na Avenida Protásio Alves, 4635, sala 504, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 91310-002, com a presença da totalidade dos subscritores do capital social da **RGS ENGENHARIA LTDA.**, a ser transformada em sociedade anônima: **RAFAEL SACCHI**, brasileiro, solteiro, maior, engenheiro civil, residente e domiciliada nesta Capital na Rua Irmão Norberto Francisco Rauch, 700, Bloco C Apto. 1621, bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, RS, CEP 91450-147, inscrito no CPF/MF sob nº 835.062.090-00, cédula de identidade RG nº 1077623724 SJS/RS; **ANA PAULA DA COSTA MENEZES**, brasileira, solteira, maior, publicitária, CPF nº 009.121.109-37, cédula de identidade RG nº 7.351.097-0 SSP/PR, residente e domiciliada na Rua Desembargador Motta, 1600, apto. 1102, bairro Água Verde, Curitiba, PR, CEP 80.420-184;

Convocação: Na forma do parágrafo 4º do art. 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, fica dispensada a convocação, em razão do comparecimento da totalidade dos acionistas da Companhia.



Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

Composição da mesa: Foi eleito para dirigir os trabalhos o Sr. Rafael Sacchi que convidou a mim, Ana Paula da Costa Menezes, para secretária, ficando assim constituída a mesa dirigente.

Ordem do dia: a) Proposta de transformação de tipo societário de RGS Engenharia Ltda., CNPJ 19.368.227/0001-12, com sede na rua Avenida Protásio Alves, 4635 /504, bairro Bom Jesus, Porto Alegre - RS, CEP 91310-002, para sociedade anônima sob a denominação de RGS ENGENHARIA S.A. e aprovação do estatuto social; b) Eleição da Diretoria e definição de honorários; c) Subscrição e integralização de Capital Social;

Deliberações Tomadas por Unanimidade: 1 - Os acionistas firmaram, na integralidade, o termo de Protocolo de Intenções desta data e da Ata Declaratória também nesta data bem como cumpridas as demais formalidades legais, foi decidido por unanimidade, e sem restrições, transformar a sociedade em seguida **aprovaram o estatuto social de RGS Engenharia S.A.**, que passa a fazer parte integrante da presente ata como anexo. (a) Foram então eleitos: para o cargo de **Diretor Presidente e de Operações, Rafael Sacchi**, brasileiro, solteiro, maior, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta Capital na Rua Irmão Norberto Francisco Rauch, 700, **Blcco C Apto. 1621**, bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, RS, CEP 91450-147, inscrito no CPF/MF sob nº 835.062.090-00, cédula de identidade RG nº 1077623724 SJS/RS e para o cargo de **Diretor Administrativo-Financeiro, Ademar Mauad**, brasileiro, casado, administradora de empresas, residente e domiciliado na Avenida Getúlio Vargas, 2800, casa 1, bairro Berto Ciro, Nova Santa Rita, RS, CEP 92480-000, inscrita no CPF/MF sob o número 285.435.219-04 e portador da Carteira de Identidade número 3000799712 SSP-RS, permanecendo vago o cargo de Diretor Comercial, assim ficando composta a diretoria da companhia, os quais exercerão seus mandatos por um período de 3 (três) anos. (b) Fixar a **remuneração global mensal dos diretores em até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**. (c) Aprovado o Estatuto Social da Companhia, procedeu-se à subscrição e integralização do capital social, como segue: (c1) O acionista Rafael Sacchi, subscreveu e **integralizou 1.338.000** (um milhão, trezentos e trinta e oito mil) ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outro tipo, no valor total de R\$ 1.338.000,00 (um milhão, trezentos e trinta e oito mil reais), integralizando-as totalmente neste ato, através da entrega da mesma quantidade e valores das quotas possuídas na antes sociedade limitada: (c2) A acionista **Ana Paula da Costa Menezes**, subscreveu e **integralizou 892.000** (oitocentos e noventa e dois mil) ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outro tipo, no valor total de R\$ 892.000,00 (oitocentos e noventa e dois mil reais), integralizando-as totalmente neste ato, através da entrega da mesma quantidade e valores das quotas possuídas na antes sociedade limitada; **Lavratura e Leitura da Ata:** sem outras manifestações, foram encerrados os trabalhos e suspensão a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Os abaixo assinados declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previsto em lei, que os impeçam de exercer atividades mercantis. Porto Alegre, 2 de Janeiro de 2.017.

Rafael Sacchi
Presidente da Mesa

Acionistas:

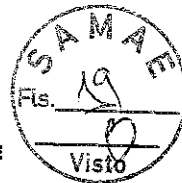
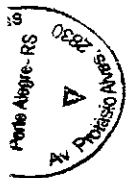
Rafael Sacchi

Ana Paula da Costa Menezes
Ana Paula da Costa Menezes
Secretária

Ana Paula da Costa Menezes
Ana Paula da Costa Menezes

Visto Advogado:

TERCIVAL ROCHA DOS SANTOS
OAB-RS 9513



**LISTA DE SUBSCRITORES DA ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE
TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA EM SOCIEDADE ANÔNIMA
REALIZADA EM 2 DE JANEIRO DE 2017**

Por esta **LISTA DE SUBSCRITORES**, da RGS Engenharia S.A., CNPJ 19.368.227/0001-12, ora transformada em seu tipo societário, os abaixo qualificados e assinada, subscrevem, na quantidade e valores indicados a totalidade de 2.230.000 (dois milhões, duzentos e trinta mil) ações ordinárias nominativas, inconversíveis em outra forma, emitidas com valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma e realizando-as através da entrega de 2.230.000 (dois milhões, duzentos e trinta mil) quotas de capital social no valor de R\$ 2.230.000,00 (dois milhões duzentos e trinta mil reais), que possuem respectivamente na RGS Engenharia Ltda.. CNPJ 19.368.227/0001-12: **O acionista Rafael Sacchi**, subscreveu **1.338.000**, (um milhão, trezentos e trinta e oito mil) ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outro tipo, no valor total de **R\$ 1.338.000,00** (um milhão, trezentos e trinta e oito mil reais), integralizando-as totalmente neste ato, através da entrega de quotas que possui na ora transformada RGS Engenharia Ltda.; **A acionista Ana Paula da Costa Menezes**, subscreveu **892.000**, (oitocentos e noventa e dois mil) ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outro tipo, no valor total de **R\$ 892.000,00** (oitocentos e noventa e dois mil reais), integralizando-as totalmente neste ato, através da entrega de quotas que possui na ora transformada RGS Engenharia Ltda.

Subscritores:	Quantidade de Ações Subscritas	Valor Total da Subscrição (R\$)	Valor Realizado (R\$)
Rafael Sacchi CPF 835.0620.090-00, residente na Rua Irmão Norberto Francisco Rauch, 700, Bloco C Apto. 1621, bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, RS, CEP 91450-147	1.338.000	1.338000,00	1.338.000,00
Ana Paula da Costa Menezes CPF nº 009.121.109-37, residente na Rua Desembargador Motta, 1600, apto. 1102, bairro Água Verde, Curitiba, PR, CEP 80.420-184;	892.000	892.000,00	892.000,00

N.º 07
Folha 1
Firma(s) reconhecida(s) na(s) Fl(s)
8.º TABELIONATO DE NOTAS

8.º TAB. Δ
8.º TAB. Δ
Acionistas:

Rafael Sacchi
Presidente

Rafael Sacchi

Ana Paula C. Menezes
Ana Paula da Costa Menezes
Secretária

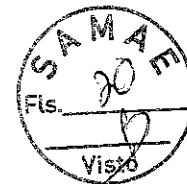
Ana Paula C. Menezes
Ana Paula da Costa Menezes



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico que este documento da empresa RGS ENGENHARIA S.A., Nire 43300060942, foi deferido e arquivado sob o nº 43300060942 em 29/08/2017. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br> e informe nº do protocolo 17/193.219-6 e o código de segurança RMTUW. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/12/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves Secretário-Geral.

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves
Secretário-Geral



ESTATUTO SOCIAL RGS ENGENHARIA S.A.

RGS ENGENHARIA S.A.
CNPJ 19.368.227/0001-12

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - Sob a denominação de RGS ENGENHARIA S.A., fica constituída uma sociedade pôr ações, que reger-se-á pelo presente estatuto e pela legislação que lhe for aplicável em especial, a Lei 6.404/76.

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro jurídico na Avenida Protásio Alves, 4635, sala 504 no bairro Bom Jesus, em Porto Alegre-RS, CEP 91310-002 e a Filia nº 01, CNPJ sob nº 19.368.227/0002-01, NIRE 43901788541, localizada na Rua Pastor Herbert, nº 05, bairro Centro, Charrua - RS, CEP 99.960-000.

Artigo 3º - A sociedade tem pôr objeto as seguintes atividades: a) Serviços de engenharia; b) Projetos de engenharia civil, serviços drenagem, terraplenagem e pavimentação; c) Execução de serviços de terraplenagem e pavimentação em obras viárias; d) Construção de rodovias e ferrovias; e) Construção de túneis; f) Construção de aeroportos; g) Construção de portos; h) Construção de barragens; i) Construção de edifícios; j) Serviços de engenharia consultiva; k) Obras de edificação residencial, comercial e industrial; l) Obras portuárias, marítimas e fluviais; m) Montagem de instalações industriais e estruturas metálicas n) Projetos e serviços de topografia; o) Administração de infraestrutura portuária; p) Geração, produção de energia elétrica, eólica, hidráulica, solar, nuclear e gás; q) Controle tecnológico de materiais; r) Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados; s) Obras de fundações; t) Coleta de resíduos; u) Gestão de redes de esgoto; v) Captação, tratamento e distribuição de água; w) Intermediação na compra, venda e locação de imóveis; x) Testes e análises técnicas; y) Participação em outras sociedades; z) Aluguel de outros meios de transporte (veículos); aa) Aluguel de máquinas e equipamentos para construção e engenharia; ab) Concessionária de sistemas de água e esgoto, captação, tratamento e distribuição; ac) Incorporação imobiliária; ad) Locação de máquinas e equipamentos para construção e engenharia; ae) Compra e venda de materiais de construção em geral.

Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade é pôr tempo indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 2.230.000,00 (dois milhões, duzentos e trinta mil reais), dividido em 2.230.000 (dois milhões, duzentos e trinta mil) ações ordinárias, nominativas e inconversíveis em outras formas, do valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma.

Artigo 6º - Cada ação ordinária, nominativa, dará direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Artigo 7º - As ações são indivisíveis em relação a sociedade, que reconhecerá apenas um proprietário para cada ação, devendo em caso de existência do condomínio sobre ações, os condôminos indicarem, pôr escrito, quem os representará perante a sociedade.

Artigo 8º - As ações se revestirão dos requisitos legais, podendo a sociedade emitir títulos múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelas que as representem, sendo, nesses casos, permitido ao acionista solicitar, a qualquer tempo, a substituição ou o desmembramento dos títulos ou cautelas sem incorrer em ônus pôr tais serviços.

Nº 07
Folha 8
Firma(s) reconhecida(s) na(s) Fl(s)
8.º TABELIONATO DE NOTAS

Artigo 9º - As ações ou títulos que as representem, bem como as cautelas provisórias, serão assinadas sempre pôr dois diretores.

Artigo 10º - Quando dos aumentos do capital por nova subscrição, ou, ainda, manifestação de intenção de venda e ações, os acionistas terão preferência na subscrição ou compra de ações, na proporção das já possuídas.

Artigo 11º - Fica autorizado, mediante deliberação da Assembléia Geral, a criação de ações preferenciais, sem direito a voto, mas com privilégios quanto ao reembolso de capital, até o limite de 2/3 (dois terços) do total de ações emitidas.

Artigo 12º - O acionista que pretender vender suas ações ou parte delas, assim o comunicará, pôr escrito, a diretoria, indicando o preço desejado e as condições.

PARÁGRAFO ÚNICO - A restrição na circulação de ações de que trata o artigo anterior não se aplica às seguintes hipóteses:

- a) Transferência de ascendentes para descendentes e vice-versa;
- b) Transferência de acionistas pessoas jurídicas para seus sócios pessoas físicas;
- c) Transferência de acionistas pessoas físicas para acionistas pessoas jurídicas, das quais aqueles façam ou venham fazer parte,
- d) Transferência de acionistas pessoas jurídicas para outras pessoas jurídicas, em virtude da cisão parcial ou total, ou que a cedente mantenha o controle do capital.

Artigo 13º - A diretoria, pôr sua vez, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data do recebimento do aviso de que trata o artigo anterior, dará ciência aos demais acionistas do teor da oferta, pôr escrito, reservando-lhes o prazo máximo de 30 (trinta) dias para que exerçam o direito de preferência que lhes é assegurado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Decorrido o prazo de 35 (trinta e cinco) dias, contados da entrega, pelo ofertante, do aviso de que se trata o artigo 12º, sem que a diretoria haja indicado os eventuais interessados, este poderá transferir as ações ofertadas livremente a terceiros, nas condições da oferta.

Artigo 14º - A instituição de qualquer ônus, inclusive a caução sobre as ações ordinárias nominativas, obriga a sua averbação no Livro Registro de Ações.

Artigo 15º - Os acionistas têm os direitos e obrigações determinados neste Estatuto e na Legislação aplicável às sociedades pôr ações, importando a posse das ações representativas do capital da sociedade, no seu reconhecimento e observância, e, em especial, no seu cabal cumprimento.

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 16º - A Assembléia Geral reunir-se-á, em caráter ordinário, dentro dos quatro meses subsequentes ao mês de encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, sendo facultada a convocação cumulativa desses eventos.

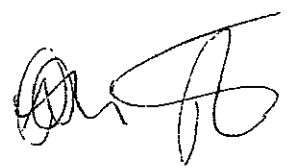
Artigo 17º - No que diz respeito às espécies e objeto da Assembléia Geral, aplicam-se as disposições da lei quanto a convocação, instalação, funcionamento, quorum e competência.

Artigo 18º - Ressalvados as exceções previstas em Lei, as deliberações da Assembléia Geral serão tomadas pela maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Artigo 19º - As deliberações tomadas em Assembléia geral obrigam o seu acatamento pelos acionistas presentes ou ausentes, resguardados os direitos assegurados em Lei.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO E SEUS PODERES





Art. 20 - A Diretoria compete a administração ordinária e a representação da Sociedade, incumbindo-lhe a gestão, execução e acionamento dos negócios sociais, nos limites determinados pelas leis e por este Estatuto.

Art. 21 - A Diretoria tem o dever precípua de praticar todos os atos de sua competência para realizar os objetivos da Sociedade, ficando expressamente vedado aos diretores obrigar a sociedade em avais, fianças ou abonos de mero favor, se estranhos aos objetos sociais.

Art. 22 - A Diretoria será composta por três diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo - pela Assembléia Geral, e o mandato não poderá ultrapassar três anos.

§ 1º - Os Cargos da Diretoria serão providos por pessoas residentes no país, acionistas ou não, de notória capacidade e sem impedimentos legais, e tomarão posse imediatamente à eleição, mediante assinatura de termo próprio, no livro de atas de reuniões do órgão.

§ 2º - A Remuneração dos membros da Diretoria será fixada pela Assembléia Geral.

§ 3º - Vagando qualquer cargo da Diretoria, proceder-se-á a nova eleição, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da abertura da vaga, devendo o eleito completar o mandato do seu antecessor.

Art. 23 - Compete à Diretoria, além das atribuições estabelecidas neste Estatuto, especialmente as seguintes: praticar todos os atos de administração e gestão necessários ao funcionamento regular da Sociedade; elaborar o orçamento da receita e da despesa e a especificação das necessidades de recursos a obter, promover e prover a organização interna, mantendo-a constantemente atualizada com a evolução da Sociedade; cumprir e fazer cumprir este estatuto, as deliberações dos órgãos superiores, as normas e regulamentos internos e as próprias deliberações adotadas; solicitar a convocação da Assembléia Geral, do Conselho Fiscal, organizar, aprovar e administrar o quadro de pessoas da Sociedade; Constituir procuradores e advogados e nomear prepostos; apresentar, dentro do prazo legal, o relatório, as demonstrações financeiras e contábeis da gestão e todos os documentos obrigatórios; movimentar os recursos da Sociedade e formalizar as obrigações em geral, mediante assinatura dos instrumentos respectivos. Por deliberação da Diretoria, esta competência poderá ser delegada a procuradores especiais para tanto.

Art. 24 - Compete exclusivamente ao Diretor-Presidente, além das atribuições já definidas, autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais, a prestação de garantias, as obrigações e contratações em geral, o ingresso em juízo, os acordos e as transações judiciais, em instrumento próprio, que especifique os atos e operações do mandato e o seu prazo de validade; convocar e presidir as reuniões de Diretoria.

Art. 25 - Compete a cada um dos demais Diretores, além das atribuições gerais já definidas; Dirigir e Supervisionar a área de atuação específica que a Diretoria lhe atribuir, nela praticando todos os atos de administração e gestão para assegurar o funcionamento normal da Sociedade; Exercer, em regime cumulativo, e de substituição na forma prevista por este Estatuto, as funções do Diretor afastado, licenciado ou em férias.

CAPÍTULO VI

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 26º - O conselho fiscal da sociedade é de caráter não permanente e funcionará apenas nos exercícios ou períodos em que sua instalação for solicitada por acionistas, observadas as prescrições legais.

Artigo 27º - Quando em funcionamento, o conselho fiscal será composto de três membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembléia Geral, satisfeitos os requisitos legais.

Artigo 28º - Os deveres e atribuições do conselho fiscal são os previstos pela lei.

Artigo 29º - Quando instalado, o conselho fiscal funcionará pelo período compreendido entre a data da realização da Assembléia Geral que o elegeu e a da realização da Assembléia Geral Ordinária subsequente.

Artigo 30º - Os membros do conselho fiscal, quando em exercício, perceberão a remuneração que lhes atribuir a Assembléia Geral que os elegeu, observadas as prescrições legais.

CAPÍTULO VII

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS RESULTADOS



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico que este documento da empresa RGS ENGENHARIA S.A., Nire 43300060942, foi deferido e arquivado sob o nº 43300060942 em 29/08/2017. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br> e informe nº do protocolo 17/193.219-6 e o código de segurança RMTUW. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/12/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 7/9

Artigo 31º - O exercício social encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano civil, data em que, com base na escrituração social e com observância às normas legais e princípios da contabilidade, a diretoria fará elaborar as Demonstrações Financeiras previstas em lei, devendo o lucro líquido apurado, depois de feitas as provisões permitidas em lei, ser assim destinado: a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social realizado; b) 25% (vinte e cinco por cento) para ser distribuído aos acionistas, a título de dividendo mínimo; c) o saldo ficará à disposição da Assembléia Geral, que deliberará sobre sua destinação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Observadas as condições do parágrafo terceiro do art. 202, da Lei nº 6.404/76, a Assembléia Geral, pode deliberar sobre a distribuição de dividendo inferior ao fixado na letra b) supra ou pela retenção da totalidade de lucro.

PARÁGRAFO SEGUNDO - a diretoria, observadas as prescrições legais, pode declarar dividendo intermediário, à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros pré-existentes ou, ainda, de lucros apurados em balanços semestrais.

Artigo 32º - Os dividendos serão pagos no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação da ata da Assembléia Geral que os tenha declarado, e, em qualquer caso, dentro do exercício social respectivo.

CAPÍTULO VIII

DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo 33º - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou pôr liberação da assembléia Geral, cabendo a esta deliberar sobre o modo de liquidação e o prazo, bem como eleger os liquidantes e o conselho fiscal, se for o caso, e fixar a respectiva remuneração.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Artigo 34º - A Assembléia Geral poderá, a qualquer momento, deliberar sobre a transformação do tipo jurídico da sociedade.

Artigo 35º - Os casos omissos neste instrumento serão resolvidos pela Assembléia Geral, quando da sua competência, e pela legislação que lhes for aplicável nos demais.

Artigo 35º - Este Estatuto poderá ser alterado a qualquer tempo, nos termos da lei.

Porto Alegre. 2 de janeiro de 2017

Acionistas:

Rafael Sacchi

Ana Paula da Costa Menezes

Visto Advogado: *PERCIVAL RODRIGUES JARDIM*
9513 OAB-RS

8º Tabelionato de Notas de Porto Alegre
Tabelião Rafael Leocádio dos Santos Neto
Av. Protásio Alves, 2870 - (51) 3084-0808
www.8tabelionato.com.br

Reconheço a autenticidade da firma de: RAFAEL SACCHI

Dou fé. Em testº da verdade Empl.: R\$ 6,70 Selo: R\$ 1,40
Porto Alegre-RS 31/03/2017 10.40 0461C1170000118028

GRAZIELA DA SILVA ESCRIVENTE



Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
[5hgSOFT0]-ANA PAULA DA COSTA MENEZES.

Curitiba. 24 de Março de 2017

Em testemunho da verdade
Selo: xxR9R.eHTVZ pXFu6-k5zPx hT4tk
Consulte em http://funarpen.com.br/consulta_selo_digital/
VIRGINIA MARIA DOLIVEIRA - ESCRIVENTE

Nº 01
Folha 1
Firma(s) reconhecida(s) na(s) Fl(s)
8º TABELIONATO DE NOTAS



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico que este documento da empresa RGS ENGENHARIA S.A., Nire 43300060942, foi deferido e arquivado sob o nº 43300060942 em 29/08/2017. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br> e informe nº do protocolo 17/193.219-6 e o código de segurança RMTUW. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/12/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves Secretário-Geral.

Carlos Gonçalves
CARLOS GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 8/9

SAMA
24
5



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICO O REGISTRO EM: 29/08/2017 SOB Nº: 43300060942

Protocolo: 17/193219-6, DE 29/06/2017

RGS ENGENHARIA S.A.

CLEVERTON SIGNOR

SECRETÁRIO-GERAL
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico que este documento da empresa RGS ENGENHARIA S.A., Nire 43300060942, foi deferido e arquivado sob o nº 43300060942 em 29/08/2017. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br> e informe nº do protocolo 17/193.219-6 e o código de segurança RMTUW. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/12/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves Secretário-Geral.

CARLOS V. B. GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 9/9

